

Civesa Veículos S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
CIVESA VEÍCULOS S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **CIVESA VEÍCULOS S.A.** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CIVESA VEÍCULOS S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as respectivas normas brasileiras e internacionais, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e das respectivas divulgações feitas pela administração.

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das atividades de negócio da Companhia para expressarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, da época da auditoria, do alcance planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 4 de março de 2025.

PP&C Auditores Independentes
CRC2SP16.839/O-0



Giacomo Walter Luiz de Paula
CRC1SP243.045/O-0

Contador



Johnatan Henrique dos Santos
CRC1SP295.723/O-0
Contador

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940
1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145
11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto / SP
Av. Maurílio Biagi, 800 – Ribeirânia,
Spasse Office, Sala 701 – (Torre da
esquina) – CEP: 14096-075
(16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370

Civesa Veículos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023		
Caixa e equivalentes de caixa	9	3.668	3.237	3.513	3.197	Empréstimos e financiamentos	14	15.568	14.980	14.347	14.283
Aplicações financeiras	9	950	620	950	620	Fornecedores		129	502	473	506
Contas a receber	10	1.915	4.004	2.117	4.066	Impostos e contribuições a recolher		342	244	276	183
Estoques	11	15.968	15.925	15.592	15.925	Parcelamento de impostos	16	278	261	278	261
Impostos a recuperar		441	369	440	369	Salários, férias e encargos a pagar	15	998	999	998	999
Outras contas a receber		1.224	757	760	559	Adiantamentos de clientes		1.223	321	974	73
Total do ativo circulante		24.166	24.912	23.372	24.736	Dividendos propostos	18	101	9	101	9
						Outras contas a pagar		19	20	19	20
Aplicações financeiras	9	9.639	5.655	9.639	5.655	Total do passivo circulante		18.658	17.336	17.466	16.334
Outros investimentos		50	50	-	-	Empréstimos e financiamentos	14	1.121	1.317	-	-
Investimentos	12	-	-	2.645	2.752	Parcelamento de impostos	16	726	946	726	946
Imobilizado	13	11.330	12.280	7.216	7.435	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	17	128	133	128	133
Intangível		14	14	14	14	Passivo fiscal diferido	20	120	142	120	142
Total do ativo não circulante		21.033	17.999	19.514	15.856	Total do passivo não circulante		2.095	2.538	974	1.221
						Patrimônio líquido	18				
						Capital social		20.861	20.861	20.861	20.861
						Reserva legal		1.636	1.547	1.636	1.547
						Ajuste de avaliação patrimonial		363	480	363	480
						Dividendos adicionais propostos		1.586	149	1.586	149
						Total do patrimônio líquido		24.446	23.037	24.446	23.037
Total do ativo		45.199	42.911	42.886	40.592	Total do passivo e patrimônio líquido		45.199	42.911	42.886	40.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Civesa Veículos S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	21	73.113	70.520	73.158	71.710
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	22	(63.860)	(61.018)	(64.038)	(62.706)
Lucro bruto		9.253	9.502	9.120	9.004
Despesas de vendas	22	(8.848)	(7.333)	(8.776)	(7.303)
Administrativas e gerais	22	(2.510)	(2.129)	(2.507)	(2.125)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	22	5.260	358	4.994	191
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		3.155	398	2.831	(233)
Receitas financeiras	23	1.055	756	1.053	747
Despesas financeiras	23	(1.595)	(844)	(1.360)	(799)
Financeiras líquidas		(540)	(88)	(307)	(52)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	12	-	-	(107)	427
Resultado antes dos impostos		2.615	310	2.417	142
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(978)	(169)	(780)	(1)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	22	(10)	22	(10)
Lucro líquido do exercício		1.659	131	1.659	131

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Civesa Veículos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.659	131	1.659	131
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>1.659</u>	<u>131</u>	<u>1.659</u>	<u>131</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Civesa Veículos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022		20.045	1.539	515	-	1.266	23.365
Aumento de capital, com saldo dos dividendos adicionais propostos AGO de 30 de abril de 2023	18.a	816	-	-	-	(816)	-
Distribuição de dividendos conforme AGO de 30 de abril de 2023		-	-	-	-	(450)	(450)
Realização do custo atribuído		-	-	(35)	35	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	131	-	131
Destinações:							
Reserva legal	18.b	-	8	-	(8)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18.c	-	-	-	(9)	-	(9)
Dividendos adicionais propostos	18.d	-	-	-	(149)	149	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		20.861	1.547	480	-	149	23.037
Distribuição de dividendos conforme AGO de 26 de abril de 2024		-	-	-	-	(149)	(149)
Custo atribuído		-	-	(117)	117	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.659	-	1.659
Destinações:							
Reserva legal	18.b	-	89	-	(89)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18.c	-	-	-	(101)	-	(101)
Dividendos adicionais propostos	18.d	-	-	-	(1.586)	1.586	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		20.861	1.636	363	-	1.586	24.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Civesa Veículos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
Nota	2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	1.659	131	1.659	131
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	1.252	806	321	358
Resultado de equivalência patrimonial, líquido de impostos	12	-	107	(427)
Provisão para contingências	17	75	-	75
Reversão para perdas de crédito esperadas	10	(150)	-	(150)
Custo residual de ativo imobilizado baixado	1.385	585	21	181
Juros provisionados	14.1	450	841	419
Despesas de imposto de renda e contribuição social	20	956	758	11
Crédito de PIS e COFINS	22	(4.888)	(4.888)	-
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	2.089	(1.542)	1.949	(1.388)
Estoques	(43)	(5.030)	333	(5.031)
Impostos a recuperar	(72)	(83)	(71)	(83)
Outras contas a receber	(467)	157	(201)	347
Fornecedores e outras contas a pagar	(374)	83	(34)	89
Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos	(109)	(160)	(110)	(166)
Salários, férias e encargos a pagar	(1)	161	(1)	161
Adiantamentos de clientes	902	30	901	(186)
Pagamentos para contingências/riscos fiscais	17	(5)	(5)	(26)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	3.331	(4.334)	1.580	(5.685)
Juros pagos	14.1	(736)	(530)	(742)
Impostos pagos sobre o lucro		(974)	(780)	(53)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	1.621	(5.317)	270	(6.480)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicação financeira	574	138	574	138
Aquisição de ativo imobilizado	13	(1.687)	(123)	(154)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	(1.113)	(3.049)	451	(16)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	(158)	(531)	(158)	(531)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	14.1	(55.469)	(53.337)	(50.463)
Recursos provenientes de novos empréstimos e financiamentos	14.1	55.550	53.090	56.911
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento	(77)	7.826	(405)	5.917
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	431	(540)	316	(579)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	3.237	3.777	3.197	3.776
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	3.668	3.237	3.513	3.197
	431	(540)	316	(579)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Civesa Veículos S.A. (“Companhia”) tem sua sede administrativa na Rua Frederico Ruegger, 181, bairro Jardim Cândida, em Araras, e filial em Rio Claro, no estado de São Paulo. O objeto social da Companhia é a comercialização de veículos General Motors (GM) novos e veículos usados multimarcas, peças e acessórios e a prestação de serviços como oficinas autorizadas da linha GM.

2 Entidade do Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a consolidação da seguinte controlada direta, conforme participação destacada abaixo:

Entidade	Cidade/Estado-País	Participação	
		2024	2023
Civesa Locadora de Veículos Ltda.	Araras/SP-Brasil	100%	99,99%

Participação dos acionistas não controladores

Dada a irrelevância da participação percentual dos acionistas não controladores na empresa controlada Civesa Locadora de Veículos Ltda., a Administração decidiu por não apresentar esta participação nas demonstrações financeiras consolidadas.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG))

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia e de sua Controlada confirmam que todas as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 4 de março de 2025. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e sua Controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem estimativas e premissas, quando aplicáveis, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as premissas e estimativas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Companhia e sua Controlada.

As estimativas e premissas contábeis significativas estão mencionadas a seguir:

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

- As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:
- **Nota explicativa nº 10 – Contas a receber – Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito esperada para o contas a receber:** principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa nº 19 – Instrumentos financeiros;**
- **Nota explicativa nº 7 – f.(iii) – Vidas úteis do ativo imobilizado; e**
- **Nota explicativa nº 17 – Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas; Reconhecimento e mensuração de provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis:** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e sua Controlada estabelecem uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos e reportes diretamente à Administração.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que elas atendem aos requisitos das NBCs TGs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua Controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e sua Controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 19 – Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, pela valorização de determinados ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

A Companhia e sua Controlada aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário.

a. Base de consolidação

(i) Controlada

A Companhia e sua Controlada controlam uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e têm a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e sua Controlada obtiverem o controle até a data em que o controle deixar de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da Controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia e sua Controlada na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Receita operacional

O NBC TG 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o NBC TG 30 – Receitas, o NBC TG 17 – Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o NBC TG 47,

a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo – requer julgamento. Veja nota explicativa nº 21.

Venda de produtos

De acordo com NBC TG 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (*at a point in time*) ou ao longo do tempo (*over time*), conforme a satisfação ou não das denominadas “obrigações de performance contratuais”. A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas, detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; e 5) reconhecimento da receita.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e sua Controlada compreendem:

- receita de juros sobre aplicações financeiras;
- despesa de juros sobre empréstimos; e
- despesas de juros e multas sobre parcelamentos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Conforme facultado pela legislação tributária, a controlada Civesa Locadora de Veículos Ltda. optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social presumidos é calculada à razão de 32% no cálculo de imposto de renda e contribuição social sobre a receita bruta proveniente da locação de veículos e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, não foram registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, e não estão inseridos no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos do patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço

patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira pela qual a Companhia e sua Controlada esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. *Estoques*

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O custo dos estoques é avaliado ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção, transformação e outros incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. *Imobilizado*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia e sua Controlada para os NBC TGs, foi determinado com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e sua Controlada.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquidos de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e sua Controlada obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Classe de imobilizado	Consolidado e controladora	
	2024	2023
Prédios e instalações	5 a 50 anos	5 a 50 anos
Máquinas, ferramentas e equipamentos	3 a 40 anos	3 a 40 anos
Equipamentos processamento de dados	3 a 12 anos	3 a 12 anos
Móveis e utensílios	3 a 25 anos	3 a 25 anos
Veículos	2 a 5 anos	2 a 5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua Controlada se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua Controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso, todos os ativos afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo

objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e sua Controlada podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e sua Controlada realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e os objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e sua Controlada;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido nesse modelo) e a maneira como tais riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e sua Controlada.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do

dinheiro no tempo, pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e sua Controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua Controlada consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e sua Controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, com base na performance de um ativo).

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou, ainda, designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e sua Controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua Controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos, ou na qual a Companhia e sua Controlada nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retêm o controle sobre esse ativo.

A Companhia e sua Controlada realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e sua Controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua Controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua Controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Capital social*

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

h. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(a) *Ativos financeiros não derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e sua Controlada reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e sua Controlada mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e sua Controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e sua Controlada, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e sua Controlada presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. Ademais, consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e sua Controlada estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito, as quais são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e sua Controlada de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e sua Controlada esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e sua Controlada avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidências objetivas de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação incluem os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; e probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

(b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua Controlada, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a estas UGCs (ou grupo destas), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo) de forma *pro rata*.

i. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua Controlada, estão descritas a seguir. A Companhia e sua Controlada pretendem adotar tais normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentarem fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, demonstração dos fluxos de caixa e divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

9 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	1.432	375	1.431	375
Aplicações financeiras	2.236	2.862	2.082	2.822
	3.668	3.237	3.513	3.197

Estas são as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, e são remuneradas a taxas que variam entre 99,5% e 104% (idênticas a 2023) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

a. Aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
GM Factoring Soc. Fomento Comercial Ltda. (a)	10.589	6.275	10.589	6.275
	10.589	6.275	10.589	6.275
Ativo circulante	950	620	950	620
Ativo não circulante	9.539	5.655	9.539	5.655

- (a) Saldo do fundo de negócios junto à *General Motors*, que serve de lastro para o financiamento de veículos de estoque com juros reduzidos. Tem rentabilidade mensal como títulos de renda fixa de curto prazo, com remuneração de taxas praticadas pelo mercado.

A exposição da Companhia e sua Controlada a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa nº 19.

10 Contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Contas a receber	1.815	3.877	1.811	3.777
Contas a receber com partes relacionadas (nota explicativa nº 24)	156	183	362	345
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(56)	(56)	(56)	(56)
	1.915	4.004	2.117	4.066
Idade da carteira				
A vencer	1.698	3.416	1.900	3.478
Vencidos:				
Até 30 dias	187	523	187	523
Entre 30 e 60 dias	1	45	1	45
Entre 60 e 90 dias	9	4	9	4
Entre 90 e 180 dias	11	17	11	17
Entre 180 e 360 dias	9	5	9	5
Acima de 360 dias	56	50	56	50
Total contas a receber	1.971	4.060	2.173	4.122
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(56)	(56)	(56)	(56)
Saldo líquido do contas a receber	1.915	4.004	2.117	4.066
Saldo no início do exercício	(56)	(206)	(56)	(206)
Reversão constituída	-	150	-	150
Saldo final do exercício	(56)	(56)	(56)	(56)

Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

A exposição da Companhia e sua Controlada a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas estão divulgadas na nota explicativa nº 19.

As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado.

A provisão para perdas de crédito esperadas foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos, e é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

11 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Veículos de revenda - novos	10.229	10.942	10.229	10.942
Veículos de revenda - seminovos	3.349	3.608	3.349	3.608
Peças e acessórios	1.999	1.339	1.999	1.339
Adiantamentos a fornecedores	406	51	30	51
Provisão para obsolescência e morosidade	(15)	(15)	(15)	(15)
	15.968	15.925	15.592	15.925

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização.

12 Investimentos

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Civesa Locadora de Veículos Ltda. (Controlada)	-	-	2.645	2.752

O saldo apresentado de investimentos em Controladas trata-se da Civesa Locadora de Veículos Ltda., sendo apresentado na demonstração financeira individual da controladora através do método de equivalência patrimonial:

Civesa Locadora de Veículos Ltda.	2024	2023
Ativos totais	5.301	5.413
Passivos totais	5.408	2.662
Capital social integralizado	500	500
Patrimônio líquido	2.645	2.752
Receita operacional líquida	1.696	1.824
Resultado do exercício	(107)	427
<i>Participação %</i>	<i>100%</i>	<i>99,99%</i>

Movimentação dos saldos:

Saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2022	2.325
Resultado de equivalência patrimonial	427
Saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2023	2.752
Resultado de equivalência patrimonial	(107)
Saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2024	2.645

13 Imobilizado

Consolidado	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Custo							
Terrenos	3.467	-	-	3.467	-	-	3.467
Prédios e instalações	4.585	112	-	4.697	18	-	4.715
Máquinas, ferramentas e equipamentos	890	8	-	898	17	-	915
Equipamentos de processamento de dados	482	13	-	495	31	-	526
Móveis e utensílios	709	21	-	730	18	-	748
Veículos (i)	4.523	3.033	(812)	6.744	1.603	(2.108)	6.239
Outros imobilizados	21	-	-	21	-	(21)	-
	14.677	3.187	(812)	17.052	1.687	(2.129)	16.610
Depreciação							
Prédios e instalações	(1.085)	(184)	-	(1.269)	(162)	-	(1.431)
Máquinas, ferramentas e equipamentos	(759)	(17)	-	(776)	(16)	-	(792)
Equipamentos de processamento de dados	(438)	(10)	-	(448)	(9)	6	(451)
Móveis e utensílios	(654)	(34)	-	(688)	(36)	-	(724)
Veículos	(1.261)	(557)	227	(1.591)	(1.029)	738	(1.882)
	(4.197)	(802)	227	(4.772)	(1.252)	744	(5.280)
Valor contábil líquido	10.480	2.385	(585)	12.280	435	(1.385)	11.330

Controladora							
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Custo							
Terrenos	3.467	-	-	3.467	-	-	3.467
Prédios e instalações	4.585	112	-	4.697	18	-	4.715
Máquinas, ferramentas e equipamentos	890	8	-	898	17	-	915
Equipamentos de processamento de dados	482	13	-	495	20	-	515
Móveis e utensílios	709	21	-	730	18	-	748
Veículos	825	-	(181)	644	50	-	694
Outros imobilizados	21	-	-	21	-	(21)	-
	10.979	154	(181)	10.952	123	(21)	11.054
Depreciação							
Prédios e instalações	(1.085)	(184)	-	(1.269)	(162)	-	(1.431)
Máquinas, ferramentas e equipamentos	(759)	(17)	-	(776)	(16)	-	(792)
Equipamentos de processamento de dados	(431)	(10)	-	(441)	(9)	-	(450)
Móveis e utensílios	(654)	(34)	-	(688)	(36)	-	(724)
Veículos	(234)	(109)	-	(343)	(98)	-	(441)
	(3.163)	(354)	-	(3.517)	(321)	-	(3.838)
Valor contábil líquido	7.816	(200)	(181)	7.435	(198)	(21)	7.216

13.1 Provisão para redução no valor recuperável

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e sua Controlada não identificaram indicadores de que seus ativos possam estar registrados por um valor maior que o seu valor recuperável, uma vez que a projeção de geração futura de caixa é suficiente para cobertura de seus ativos.

13.2 Garantias

As garantias oferecidas pela Companhia e sua Controlada são os próprios bens financiados, aplicações financeiras junto à *GM Factoring* Sociedade de Fomento Comercial Ltda. e avais da Acionista.

14 Empréstimos e financiamentos

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2024	2023	2024	2023
Moeda nacional:				
Financiamentos para aquisição de veículos - Juros de 1,14% a 1,45% a.m.	4.613	2.014	2.271	-
Financiamentos para aquisição de veículos e peças - Juros de 0,50 % a.m. a 1,66% a.m.	12.076	14.283	12.076	14.283
Total	16.689	16.297	14.347	14.283
Passivo circulante	15.568	14.980	14.347	14.283
Passivo não circulante	1.121	1.317	-	-

Garantias — investimentos (aplicações financeiras) junto à *GM Factoring* Sociedade de Fomento Comercial Ltda. e avais da U.S.J. - Açúcar e Alcool S/A.

14.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2024	2023	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8.263		8.158	
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	58.969		56.911	
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(50.612)		(50.463)	
Pagamento de juros	(773)		(742)	
Juros apropriados	450		419	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16.297		14.283	
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	55.550		53.090	
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(55.469)		(53.337)	
Pagamento de juros	(736)		(530)	
Juros apropriados	1.047		841	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16.689		14.347	

15 Salários, férias e encargos a pagar

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Salários a pagar	324	303	324	303
Provisão de férias a pagar	317	396	317	396
FGTS a recolher	55	66	55	66
INSS a recolher	302	234	302	234
Total	998	999	998	999

16 Parcelamento de impostos

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
PIS (b)	61	73	61	73
COFINS (b)	444	534	444	534
IRRF	24	30	24	30
IRPJ (a)	400	480	400	480
CSLL	75	90	75	90
Total	1.004	1.207	1.004	1.207
Passivo circulante	278	261	278	261
Passivo não circulante	726	946	726	946

- (a) Em 31 de agosto de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Recuperação Tributária (PERT), conforme Lei 13.496/2017, no valor de R\$ 1.652, já quitado antecipadamente.
- (b) Em 21 de agosto de 2014, a Companhia efetuou o parcelamento de seus débitos vencidos até 31 de dezembro de 2013, conforme Lei 12.996/2014, no valor de R\$ 2.669.

17 Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia e sua Controlada estão expostas a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis. A provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis foi constituída para os casos considerados com risco de perda provável.

Movimentação das contingências Cível	Consolidado e controladora					
	Saldo 31 de dezembro de 2022	Pagamento	Provisão	Saldo 31 de dezembro de 2023	Pagamento	Saldo 31 de dezembro de 2024
	84	49	75	133	5	128
	<u>84</u>	<u>49</u>	<u>75</u>	<u>133</u>	<u>5</u>	<u>128</u>

Contingências passivas não provisionadas

A Companhia possui processos administrativos e judiciais em andamento, no valor de R\$ 0 (R\$ 875 em 2023), cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, apontaram para risco possível de perda e, portanto, não foram reconhecidas na contabilidade, conforme determinado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social – (Controladora)

O capital social está representado por 1.100.000 ações ordinárias nominativas (idênticas a 2023), sem valor nominal.

Em 28 de abril de 2023, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 816, por meio da capitalização do saldo remanescente do lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2022, passando de R\$ 20.045 para R\$ 20.861, sem alteração no número de ações ordinárias, continuando com 1.100.000 (um milhão e cem mil) ações.

Entidade	Participação acionária	
	31/12/2024	31/12/2023
	Direta	Direta
USJ - Administração e Participações S/A	92,85%	-
U.S.J. – Açúcar e Alcool S/A	-	92,70%
Luiz Gonzaga Castione Sans	5,88%	5,88%
Hermínio Ometto Neto	0,24%	0,24%
Maria Carolina Ometto Fontanari	0,24%	0,24%
Duse Maria Ometto	0,24%	0,24%
Outros	0,55%	0,70%

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos mínimos obrigatórios

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 6% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto no artigo 202, item I, da lei 6.404/76.

d. Dividendos adicionais propostos

O saldo remanescente de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2024, alocados como dividendos adicionais propostos, será deliberado por ocasião da assembleia geral dos acionistas a ser realizada durante o exercício de 2025.

e. Ajustes de avaliação patrimonial

São compostos do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do NBC TG 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vêm sendo realizados mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhes deram origem.

19 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

As tabelas a seguir apresentam os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Consolidado	Valor contábil			Valor justo				
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2024								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa – aplicações	2.236	-	-	2.236	-	2.236	-	2.236
Aplicações financeiras	10.589	-	-	10.589	-	10.589	-	10.589
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.432	-	1.432	-	-	-	-
Contas a receber	-	1.915	-	1.915	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	1.224	-	1.224	-	-	-	-
Total	12.825	4.571	-	17.396	-	12.825	-	12.825
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	16.689	-	16.689	-	16.689	-	16.689
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros								
Fornecedores	-	-	474	474	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	19	19	-	-	-	-
Total	-	16.689	493	17.182	-	16.689	-	16.689

Consolidado	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2023								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa – aplicações	2.862	-	-	2.862	-	2.862	-	2.862
Aplicações financeiras	6.275	-	-	6.275	-	6.275	-	6.275
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	375	-	375	-	-	-	-
Contas a receber	-	4.004	-	4.004	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	757	-	757	-	-	-	-
Total	9.137	5.136	-	14.273	-	9.137	-	9.137
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	16.297	-	16.297	-	16.297	-	16.297
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros								
Fornecedores	-	-	502	502	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	20	20	-	-	-	-
Total	-	16.297	522	16.819	-	16.297	-	16.297

Controladora	Valor contábil			Valor justo				
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2024								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa – aplicações	2.082	-	-	2.082	-	2.082	-	2.082
Aplicações financeiras	10.589	-	-	10.589	-	10.589	-	10.589
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.431	-	1.431	-	-	-	-
Contas a receber	-	2.117	-	2.117	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	760	-	760	-	-	-	-
Total	12.671	4.308	-	16.979	-	12.671	-	12.671
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	14.347	-	14.347	-	14.347	-	14.347
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros								
Fornecedores	-	-	474	474	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	19	19	-	-	-	-
Total	-	14.347	493	14.840	-	14.347	-	14.347

Controladora	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2023								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa – aplicações	2.822	-	-	2.822	-	2.822	-	2.822
Aplicações financeiras	6.275	-	-	6.275	-	6.275	-	6.275
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	375	-	375	-	-	-	-
Contas a receber	-	4.066	-	4.066	-	-	-	-
Outras contas a receber	-	559	-	559	-	-	-	-
Total	9.097	5.198	-	14.295	-	9.096	-	9.097
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	14.283	-	14.283	-	14.283	-	14.283
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros								
Fornecedores	-	-	506	506	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	20	20	-	-	-	-
Total	-	14.283	526	14.809	-	14.283	-	14.283

Para o exercício corrente, a divulgação do valor justo dos passivos de arrendamento não é requerida.

Quanto a todas as operações apresentadas nas tabelas supramencionadas, a Administração da Companhia e sua Controlada considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que, para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação.

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e sua Controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (ii);
- Risco de liquidez (iii); e
- Risco de mercado (iv).

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e sua Controlada. Sendo assim, é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento de suas políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente à Diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua Controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos por elas enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar esses riscos e a aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua Controlada, as quais, através de suas normas e seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(ii) Risco de crédito

É o risco de a Companhia e a sua Controlada incorrerem em perdas financeiras, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito é principalmente das contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A carteira de recebíveis da Companhia e sua Controlada é pulverizada. A exposição da Companhia e sua Controlada ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Diretoria estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto a sua condição financeira antes de a Companhia e sua Controlada apresentarem sua proposta de limite de crédito e o termo de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia e sua Controlada inclui *ratings* externos, quando disponíveis, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto dentro dos critérios estabelecidos, com alçadas de limites de

liberação pelos gestores, sem exigir a aprovação da Diretoria; estes limites são revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Companhia e sua Controlada somente poderão com elas operar em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, estes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoa física ou jurídica, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, bem como sua localização geográfica, a indústria em que atuam, o perfil de idade, a maturidade e a existência de dificuldades financeiras no passado.

Clientes classificados como de "alto risco" são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pela Diretoria, sendo que suas vendas futuras são efetuadas com base em pagamentos antecipados.

A Companhia e sua Controlada estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes.

Investimentos (aplicações financeiras)

A Companhia e sua Controlada limitam sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos líquidos e somente com instituições financeiras de primeira linha. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia e sua Controlada tenham investido apenas em títulos com classificações altas, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Garantias

Não havia garantias pendentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi:

Ativos financeiros	Nota	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	9	3.668	3.237	3.513	3.197
Aplicações financeiras	9	10.589	6.275	10.589	6.275
Contas a receber	10	1.915	4.004	2.117	4.066
Outras contas a receber		1.224	757	760	559
		<u>17.396</u>	<u>14.273</u>	<u>16.979</u>	<u>14.097</u>

Os instrumentos financeiros não apresentam concentrações significativas de risco.

(iii) Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia e sua Controlada irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e sua Controlada na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenham liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua Controlada.

A Companhia e sua Controlada utilizam o custeio com base em atividades para precificar seus produtos, o que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. Tipicamente, a Companhia e sua Controlada garantem que possuem caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um longo período, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros.

Consolidado	31 de dezembro de 2024						
	Valor contábil	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	16.689	16.689	14.971	1.157	360	201	-
Fornecedores	129	129	129	-	-	-	-
Outras contas a pagar	19	19	19	-	-	-	-

Controladora	31 de dezembro de 2024						
	Valor contábil	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	14.437	14.437	13.840	597	-	-	-
Fornecedores	473	473	473	-	-	-	-
Outras contas a pagar	19	19	19	-	-	-	-

Consolidado	31 de dezembro de 2023						
	Valor contábil	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	16.297	16.297	14.631	349	697	620	-
Fornecedores	502	502	502	-	-	-	-
Outras contas a pagar	20	20	20	-	-	-	-

Controladora	31 de dezembro de 2023						
	Valor contábil	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	14.283	14.283	14.283	-	-	-	-
Fornecedores	506	506	506	-	-	-	-
Outras contas a pagar	20	20	20	-	-	-	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e sua Controlada, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

(iv) *Risco de mercado*

Este é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia e sua Controlada ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é gerenciar e controlar as exposições a tais riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e sua Controlada estarem sujeitas a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando à mitigação deste tipo de risco, a Companhia e sua Controlada buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era o seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	2.236	2.862	2.082	2.822
Aplicações financeiras	10.589	6.275	10.589	6.275
Instrumentos de taxa fixa				
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	16.689	16.297	14.347	14.283

Análise de sensibilidade

A Companhia e sua Controlada não efetuam análise de sensibilidade para instrumentos financeiros vinculados a taxas variáveis de juros, pois consideram que os possíveis impactos são irrelevantes para suas demonstrações financeiras.

Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e sua Controlada e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e sua Controlada.

O objetivo da Companhia e sua Controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, bem como buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais; e
- mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para garantir a confiança do credor e do mercado e assegurar o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e sua Controlada definem como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

Instrumentos financeiros

A Companhia e sua Controlada operam com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros investimentos, fornecedores e outras contas a pagar, adiantamento de clientes e empréstimos e financiamentos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foi realizada reclassificação de instrumentos financeiros.

20 Imposto de renda e contribuição social

(i) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis, e têm a seguinte origem:

Consolidado e Controladora

	31 de dezembro de 2022	Reconhecidos no resultado	31 de dezembro de 2023	Reconhecidos no resultado	31 de dezembro de 2024
Ativo não circulante:					
Provisão para perdas de crédito esperadas	70	(51)	19	-	19
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	31	14	45	-	45
Provisão para obsolescência dos estoques	5		5	-	5
Outros	12	(12)	-	-	-
	<u>118</u>	<u>(49)</u>	<u>69</u>	<u>-</u>	<u>69</u>
Passivo não circulante:					
Custo atribuído ao imobilizado	(250)	39	(211)	22	(189)
	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	<u>(132)</u>	<u>(10)</u>	<u>(142)</u>	<u>22</u>	<u>(120)</u>

(ii) Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Resultado contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	2.615	310	2.417	142
(-) Lucro contábil pelo regime de lucro presumido (controlada)	(267)	(169)		-
(+/-) Participação nos lucros da empresa investida por equivalência patrimonial	-	-	107	(427)
Base de cálculo ajustada	2.348	141	2.524	(285)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada	(798)	(97)	(858)	(97)
Imposto de renda e contribuição social correntes pelo regime de lucro presumido	(198)	(169)	-	-
Adições e exclusões permanentes	40	86	100	86
Imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	(956)	(179)	(758)	(11)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(978)	(169)	(780)	(1)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	(10)	22	(10)

21 Receita operacional líquida

(a) Fluxos de receitas

As receitas operacionais da Companhia e sua Controlada são compostas pela comercialização de veículos novos e usados, peças e acessórios, prestação de serviços como oficinas autorizadas da linha GM e aluguel de veículos.

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Revenda de carros novos	41.544	41.688	42.513	43.522
Revenda de carros seminovos	18.569	16.925	19.341	16.925
Serviços e peças	12.880	11.002	12.880	11.959
Locação	1.696	1.601	-	-
Comissões seguros e financiamentos	728	824	728	824
Impostos, abatimentos	(1.454)	(1.343)	(1.454)	(1.343)
Devoluções das vendas	(850)	(177)	(850)	(177)
Total de receita	73.113	70.520	73.158	71.710

b) Obrigações de desempenho e Políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e sua Controlada reconhecem a receita quando transferem o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela a seguir fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Veículos novos/usados e peças	Os clientes obtêm o controle quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências dele. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Não há desconto padrão para as vendas e não existe programa de fidelidade que possamos identificar como uma obrigação de desempenho de modo aplicável ao NBC TG 47.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Entretanto, realiza-se uma estimativa de notas faturadas e não entregues, baseadas em dados históricos, e o valor é estornado na receita de vendas.
Serviço de manutenção	As faturas para os serviços de manutenção são emitidas mensalmente e pagas via cartão, em média, até 5x, ou no boleto com parcelamento em até 3x, com vencimento a cada 30 dias.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é analisado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela em que a Companhia vende os serviços em transações separadas.
Locação	A receita de locação de bens é calculada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em até 30 dias	As receitas de locação de frota são reconhecidas em bases mensais pelo exercício do contrato de aluguel.

22 Custos e Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Custo com veículos novos, usados e peças	(60.611)	(59.966)	(61.423)	(61.988)
Salários e encargos sociais	(6.376)	(5.044)	(6.376)	(5.044)
Serviços prestados por terceiros	(1.629)	(1.375)	(1.629)	(1.375)
Comissões	(1.250)	(934)	(1.250)	(934)
Depreciação	(1.290)	(354)	(365)	(354)
Tributos e taxas	(440)	(460)	(922)	(391)
Outras	(2.335)	(1.067)	(2.335)	(935)
Publicidade e propaganda	(619)	(474)	(619)	(474)
Combustíveis, energia elétrica, água e telefone	(296)	(448)	(296)	(448)
Crédito de PIS e COFINS (a)	4.888	-	4.888	-
	(69.958)	(70.122)	(70.327)	(71.943)
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(63.860)	(61.018)	(64.038)	(62.706)
Vendas	(8.848)	(7.333)	(8.776)	(7.303)
Administrativas	(2.510)	(2.129)	(2.507)	(2.125)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	5.260	358	4.994	191
	(69.958)	(70.122)	(70.327)	(71.943)

- (a) Saldo refere-se ao crédito de recuperação de PIS e COFINS sobre a base de ICMS de períodos anteriores recebido através do GM Factoring Soc. Fomento Comercial Ltda.

23 Financeiras líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Juros aplicações financeiras	1.045	719	1.044	719
Juros demais operações e descontos financeiros	10	37	9	28
	1.055	756	1.053	747
Despesas financeiras				
Juros apropriados sobre financiamentos	(1.047)	(450)	(841)	(419)
Juros e demais operações financeiras	(77)	(71)	(77)	(71)
Despesas com cartões de crédito	(284)	(102)	(284)	(102)
Despesas bancárias	(49)	(46)	(46)	(43)
Descontos concedidos	(2)	(68)	(2)	(61)
Juros e Multas sobre parcelamentos	(61)	(73)	(61)	(73)
Imposto sobre operações financeiras	(75)	(34)	(49)	(30)
	(1.595)	(844)	(1.360)	(799)
Resultado financeiro líquido	(540)	(88)	(307)	(52)

24 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração é composto pela Diretoria e pelo Conselho Administrativo. A remuneração paga aos Diretores e Conselheiros Administrativos no exercício a título de remuneração foi de R\$ 752 (R\$ 634 em 2023).

b. Controladores

A controladora da Companhia é a USJ – Administração e Participações S/A, que detêm 92,85% das ações que representam o capital social da Civesa Veículos S.A.

c. Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos de ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e sua Controlada, conforme demonstrado a seguir:

Saldo de ativo e passivo:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Ativo circulante				
Contas a receber				
U.S.J. - Açúcar e Álcool S/A	156	183	18	-
Civesa Locadora de Veículos Ltda.	-	-	344	345
Total conta a receber (nota explicativa nº 10)	156	183	362	345
Outras contas a receber				
U.S.J. - Açúcar e Álcool S/A	289	225	289	225
Total outras contas a receber	289	225	289	225
	Consolidado	Consolidado	Controladora	Controladora
Transações que influenciaram o resultado	2024	2023	2024	2023
Venda de bens, locação e serviços				
U.S.J. - Açúcar e Álcool S/A	1.881	1.652	185	-
Civesa Locadora de Veículos Ltda.	-	-	772	1.834
Peças e manutenção de veículos				
U.S.J. - Açúcar e Álcool S/A	196	75	196	75
Civesa Locadora de Veículos Ltda.	-	-	969	957
	2.077	1.727	2.122	2.866

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Permanecemos à disposição para esclarecimentos.

Araras, 04 de março de 2025.

A Diretoria

* * *

Maria Carolina Ometto Fontanari
Diretora Presidente

Edmir Alcides Camara
Diretor Executivo

Fabiana Monteiro Corrêa de Sá
Contadora CRC 1SP198115/O-4
CPF 267.076.258-10